



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de revisão geral com fornecimento de peças e acessórios de reposição, para os veículos Toyota Hilux SWSRXA4FD, placa SLJ6H59, Fiat Cronos 1.3, placa RSU7B84, e motocicleta Honda CG 160, placa OHQ-8715, pertencentes à Câmara Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Do quantitativo:

Qtd.	Descrição
1	Revisão geral do veículo Toyota Hilux SWSRXA4FD
1	Revisão geral do veículo Fiat Cronos 1.3
1	Revisão geral da motocicleta Honda CG 160

1.3. Prazo contratual: A presente contratação será para execução imediata, não gerando contrato, sendo este instrumento substituído pela Nota de Empenho, conforme estabelece o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se de serviço de revisão geral de veículos com fornecimento de peças e acessórios de reposição.

2.2. A revisão periódica é de suma importância para a conservação e manutenção do veículo, a fim de prevenir eventuais danos decorrentes do uso diário, permitindo fazê-lo com segurança.

2.3. O objeto deste Termo de Referência consta no Plano de Contratações Anual – PCA 2026.

2.4. Não foram elaborados o Estudo Técnico Preliminar – ETP e a Matriz de Alocação de Riscos, com fundamento no § 6º do art. 26 da Resolução Legislativa nº 141/2024 da Câmara de Ouro Preto do Oeste, RO.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de revisão e manutenção preventiva e/ou corretiva de veículo oficial que se encontra fora do período de garantia de fábrica.





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

3.2. Uma revisão adequada garante que todos os componentes do veículo funcionem corretamente e de acordo com as especificações do fabricante. Isso contribui para a segurança do condutor, passageiros e demais usuários.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A revisão deverá incluir todos os itens e procedimentos necessários, conforme especificado do manual do fabricante, como troca de óleo, filtros, verificação de sistemas de freios, suspensão, motor, eletrônica, sistema de ar condicionado, além da inspeção e ajuste de componentes mecânicos e elétricos do veículo.

4.2. As peças a serem substituídas durante a revisão deverão ser originais ou aprovadas pelo fabricante.

4.3. Na hipótese de instalação inadequada de peça, componente ou acessório, a contratada deverá providenciar a imediata regularização, sem quaisquer ônus para a contratante.

4.4. A contratada responderá civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à administração e/ou a terceiros.

4.5. Todos os serviços prestados pela contratada deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

4.6. O objeto, com base na justificativa acima mencionada, não possui natureza continuada, pois trata-se de execução de serviço para atender necessidade imediata.

4.7. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada como requisito previsto em lei especial.

4.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo máximo de execução do objeto é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de emissão da Nota de Empenho.

5.2. O bem deverá ser entregue no endereço da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste na Rua Gonçalves Dias, nº 4236, Bairro União, nesta cidade, no horário de 7h30 às 13h30.

5.3. Os serviços de revisão e manutenção, bem como a substituição de peças e material, deverão ser realizados nas instalações da contratada, a partir do momento da entrada do veículo nas dependências dela, por pessoal qualificado, mediante emprego de técnica e ferramental apropriados.

5.4. A contratada deverá:

5.4.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo, acompanhado da respectiva nota fiscal.

5.4.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).

5.4.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

5.4.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4.5. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.4.6. Zelar pela segurança e conservação do veículo de propriedade da contratante, enquanto abrigado nas suas instalações para a execução do serviço de revisão.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O recebimento definitivo dos serviços se dará mediante termo circunstanciado, acompanhado da Nota Fiscal, após verificadas as condições de funcionamento do veículo.

6.2 Caso a contratante constate que os serviços foram prestados em desacordo com o Termo de Referência, com defeito, fora das especificações ou incompletos, a contratada será devidamente notificada, sendo interrompido o prazo de recebimento, e o pagamento suspenso, até que a situação seja sanada.

6.3 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional, pela perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

6.4 A Câmara Municipal poderá, através de representante devidamente designado, acompanhar e fiscalizar os serviços e/ou reposição de peças e material, direta e indiretamente, zelando pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições previstas neste Termo de Referência, verificando o atendimento às especificações e demais normas técnicas e na forma prevista na Lei nº 14.133/21.

6.5 A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos.

6.6 O gestor e o fiscal de contratos, designados pela Portaria nº 012/GP/CMETOPO/RO, de 06 de março de 2026, são, respectivamente, os servidores Francisco Omar Gutierrez da Rocha e Jonas Gama Barbosa.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia consecutivo, através de transferência bancária para a conta corrente indicada pela contratada, à vista da Nota Fiscal apresentada, devidamente certificada pelo setor responsável, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços pelo interveniente do processo.

7.2. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a comprovação de sua situação regular perante os fiscos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, na forma eletrônica, nos termos do inciso I do art. 75 da Lei 14.133/2021, em razão do valor.

8.2. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por lote.

8.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.5. Microempreendedor Individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal-SLU: inscrição do contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.7. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, que será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz.

8.10. Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.11. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador.

8.12. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.19. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação, também, por meio de certidão positiva com efeito de negativa, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

8.20. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação, também, por meio de certidão positiva com efeito de negativa, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Habilitação Econômico-financeira

8.24. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Estima-se para a contratação almejada o valor de R\$ 5.032,19 (cinco mil trinta e dois reais e dezenove centavos).

LOTE 01: JIPE HILUX SW4					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	VLR. UNIT. (R\$)	VLR. TOTAL (R\$)
1	Óleo 5W30	L	8	66,87	534,96
2	Filtro de Ar Hilux 2.8 16v	un.	1	89,43	89,43
3	Filtro de Combustível Hilux 2.8 16v	un.	1	59,32	59,32
4	Filtro Lubrificante Toyota Hilux 2.5/3.0 16v	un.	1	29,86	29,86
5	Filtro de ar condicionado Hilux/SW4 2.8 16v	un.	1	25,78	25,78
6	Filtro de combustível Hilux 2.8 16v TDI (CD/SR) automática	un.	1	124,10	124,10
7	Óleo Valvoline do câmbio	L	11	87,46	962,06
8	Filtro do câmbio	un.	1	239,31	239,31
9	Troca de óleo e filtros	serv.	1	140,00	140,00
10	Troca de filtro secundário	serv.	1	176,67	176,67
11	Alinhamento	serv.	1	96,67	96,67
12	Balanceamento	serv.	4	22,50	90,00
13	Cambagem	serv.	2	73,33	146,66
14	Caster	serv.	2	76,67	153,34
15	Troca de óleo e do filtro do câmbio	serv.	1	616,67	616,67
TOTAL				R\$ 3.484,83	





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

LOTE 02: FIAT CRONOS 1.3					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	VLR. UNIT. (R\$)	VLR. TOTAL (R\$)
1	Filtro de ar condicionado cabine	un.	1	16,09	16,09
2	Filtro de ar plano motor FAP2829	un.	1	45,14	45,14
3	Filtro de combustível motor	un.	1	15,34	15,34
4	Filtro de óleo lubrificante motor	un.	1	21,28	21,28
5	Óleo motorcraft sintético 0W20 API SP	L	4	64,87	259,48
6	Alinhamento	serv.	1	56,67	56,67
7	Balanceamento	serv.	4	14,17	56,68
8	Troca de pneu	serv.	4	16,67	66,68
9	Desempeno de coluna	serv.	2	70,00	140,00
TOTAL				R\$ 677,36	

LOTE 03: HONDA CG 160					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	VLR. UNIT. (R\$)	VLR. TOTAL (R\$)
1	Óleo super motor 4T mx 10W30	un	1	43,67	43,67
2	Bateria 5AH titan 160/NXR es gel	un	1	156,67	156,67
3	Pneu sem câmara 18-90/90 titan traseiro HB-37	un	1	260,00	260,00
4	Filtro de ar titan 160 09/13/NXR 160	un	1	40,00	40,00
5	Pneu dianteiro 275-18 SS48 titan 125/160 sem câmara	un	1	231,33	231,33
6	Revisão Geral CG 160	serv.	1	138,33	138,33
TOTAL				R\$ 870,00	

TOTAL GERAL	R\$ 5.032,19
-------------	--------------

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara, conforme a seguir:

01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Recursos: Próprios





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação ao fornecedor.
- 11.2. Aplicar as penalidades e demais medidas determinadas neste Termo de Referência, por descumprimento de obrigações e deveres nele previstos quando for o caso.
- 11.3. Prestar ao fornecedor toda e qualquer informação, por este solicitado, necessária ao bom desempenho das atividades para a execução do objeto.
- 11.4. Efetuar os pagamentos ao fornecedor na forma e nos prazos previstos neste Termo de Referência, após o cumprimento das formalidades legais.
- 11.5. Notificar, por escrito, o fornecedor, da aplicação de qualquer sanção.
- 11.6. Acompanhar e fiscalizar a entrega do material/prestação de serviços de conformidade com o objeto contratado.
- 11.7. Notificar o fornecedor em razão de qualquer descumprimento das obrigações e deveres assumidos neste Termo de Referência, exigindo a imediata correção da irregularidade, sem prejuízo das penalidades previstas para cada caso.
- 11.8. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o objeto.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar o objeto nas quantidades e especificações contidas neste Termo de Referência.
- 12.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados.
- 12.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.
- 12.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto da proposta.
- 12.5. Executar o objeto no preço, prazo e forma estipulados na proposta.
- 12.6. Fornecer os produtos/serviços dentro dos padrões exigidos neste Termo de Referência.
- 12.7. Responsabilizar-se pelos danos causados em decorrência da prestação e entrega do material/serviço em desacordo com as especificações deste instrumento, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade.
- 12.8. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.
- 12.9. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obriga a atender.
- 12.10. Substituir o material não aceito pela contratante no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do aviso de rejeição.
- 12.11. Não será permitida ao fornecedor substituir as marcas do produto oferecido sem consulta à contratante.
- 12.12. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados ou decorrentes da execução do objeto do presente instrumento, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- 12.13. Arcar com eventuais prejuízos causados à contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do objeto.





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

- 12.14. Apresentar à contratante nota fiscal do material/serviço, informando nome do banco, número da agência e da conta bancária para efeito de pagamento das obrigações.
- 12.15. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato/empenho em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, no prazo que lhe for estabelecido.
- 12.16. Manter todas as condições de habilitações e qualificação regularmente exigidas na dispensa de licitação durante a vigência da contratação, cumprindo e fazendo cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas bem como as normas previstas na Lei n.º 14.133/21 e demais normas de regência.
- 12.17. Acusar o recebimento da Nota de Empenho no prazo máximo de até 24 horas após o seu envio. A comprovação poderá ser realizada por e-mail.
- 12.18. Manter sempre atualizados, os seus dados cadastrais, principalmente o seu endereço de e-mail e informar à contratante qualquer alteração, inclusive na sua constituição social.
- 12.19. A Contratada responsabiliza-se, única e exclusivamente, pelo efetivo recebimento de todas as tratativas e demais documentos encaminhados para o endereço indicado.
- 12.20. A Contratada se obriga a atualizar o e-mail oficial de comunicação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva, sendo consideradas válidas, e efetivamente entregues, todas as comunicações e documentos enviados para o correio eletrônico indicado.
- 12.21. As mesmas regras serão utilizadas para cartas e documentos físicos enviados ao endereço da sede indicado.
- 12.22. O colaborador que receber o e-mail indicado ou a correspondência física enviada, presume-se autorizado pela Contratada, não podendo esta alegar ausência de alçada, por exemplo.
- 12.23. Manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso no desempenho das atividades objeto da presente contratação, mesmo após o término do contrato, sob pena de imediata rescisão contratual e sujeição à responsabilização civil, administrativa e criminal, observados os efeitos prospectivos dos prejuízos a que der causa;
- 12.24. Não ceder ou transferir o objeto deste contrato a terceiros, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão contratual.
- 12.25. Cumprir com as demais obrigações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, bem como as obrigações legais e normativas decorrentes da prestação dos seus serviços.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:
- 13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

- 13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 13.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013;
- 13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de até 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos do subitem 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021):
- 13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 13.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 13.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessária à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

13.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

Ouro Preto do Oeste – RO, 15 de outubro 2026.





Município de Ouro Preto do Oeste

04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	TR	15/10/2026

ID:	1749784	Processo	Documento
CRC:	6C9E8FA3		
Processo:	14-361/2026		
Usuário:	JONAS GAMA BARBOSA		
Criação:	15/10/2026 10:26:44	Finalização:	15/10/2026 10:28:28

MD5: **B5E4EC804043B2A85A30402D7B440FA3**

SHA256: **4A5B19D6723E74627B6D940E488B2840BA53A4F95870B3D784462170C13425A8**

Súmula/Objeto:

Termo de Referência

INTERESSADOS

CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	OURO PRETO DO OESTE	RO	15/10/2026 10:26:44
---	---------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

REVISÃO DE VEICULO	15/10/2026 10:26:44
--------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 JONAS GAMA BARBOSA	Agente Administrativo	15/10/2026 10:28:33
---	-----------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 1749784 e o CRC 6C9E8FA3.